



## A ANALOGIA INTERPRETIVISTA DA MENTE COM SISTEMAS DE MEDIÇÃO<sup>1</sup>

JULIANA DE ORIONE ARRAES FAGUNDES<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo visa discutir a analogia entre o mental e os sistemas de medição apresentada por Davidson, sob uma perspectiva interpretivista. Interpretivismo é uma posição que busca caracterizar o mental a partir do ponto de vista do intérprete em uma relação intersubjetiva. Seus principais nomes são Davidson e Dennett, ambos sob influência de Quine. Uma discussão sobre indeterminação será fundamental para que possamos desenvolver esse debate. Quanto aos sistemas de medição, são construtos humanos usados para quantificar algo. Diferentes sistemas de medição medem a mesma coisa. Ainda que lhe atribuam valores distintos, eles são conversíveis uns aos outros. Essa analogia pode ser compreendida como demonstração de um antirrealismo acerca do mental, como faz Heil. Argumentar-se-á, contudo, que ela sustenta uma postura realista, ainda que branda.

**PALAVRAS-CHAVE:** Interpretivismo; Davidson; Dennett; Indeterminação.

**ABSTRACT:** This article aims to discuss the analogy between the mental and the measurement systems presented by Davidson, under an interpretivist perspective. Interpretivism is a position that seeks to characterize the mental from the interpreter's point of view in an intersubjective relationship. Davidson and Dennett, both under Quine's influence, are the main names associated to this position. A discussion about indeterminacy will be essential for the development of this debate. Measurement systems are human constructs used to quantify something. They assign different values to the same things, but those values are convertible to each other. This analogy can be understood as a demonstration of an anti-realism about the mental, as Heil does. It will be argued, however, that it holds a moderate realism about the mental.

**KEYWORDS:** Interpretivism; Davidson; Dennett; Indeterminacy.

### Pequena introdução ao interpretivismo

Para que possamos nos relacionar com outras pessoas, precisamos constantemente explicar e prever o comportamento delas por meio de interpretações de seus atos. Mas isso só ocorre quando levamos em consideração as crenças, desejos e pensamentos dessas pessoas. É preciso considerá-las como portadoras de um universo mental interno razoavelmente coerente, racional, tão abundante de significados como julgamos ser nossos próprios universos mentais.

<sup>1</sup> Este artigo se apoia em trabalho anteriormente produzido (FAGUNDES, 2018).

<sup>2</sup> Professora Adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Doutora em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: julianadeorione@hotmail.com.

Essa atribuição de estados mentais aos outros e a nós mesmos é algo que fazemos automaticamente, sem nos darmos conta disso, pois ela nos constitui.

Interpretivismo é uma posição que parte das nossas situações quotidianas de comunicação, considerando-as centrais para que seja possível uma compreensão do mental. Donald Davidson e Daniel Dennett são os nomes mais conhecidos acerca dessa posição. O ponto de vista do intérprete, segundo essa abordagem, é fundamental para que se possa considerar alguém como portador de estados mentais. Onde nada pode ser compreendido senão por meio da atribuição de uma mente é onde a mente se situa. Por isso, para o interpretivista, não é possível abrimos mão de um vocabulário mental. Ao mesmo tempo em que recusa uma abordagem subjetivista de primeira pessoa, a posição também recusa a possibilidade de compreensão da mente por meio um vocabulário reducionista.

Em cada um desses autores, Davidson e Dennett, podemos apoiar seu interpretivismo sobre certos argumentos. No caso de Dennett, há a teoria dos sistemas intencionais. Sistemas intencionais são organismos ou artefatos cujo comportamento só pode ser explicado ou previsto por meio da atribuição de estados mentais. Já para Davidson, o princípio de caridade tem um papel central quando o consideramos interpretivista.

Resumidamente, o princípio de caridade consiste na ideia de que, para que se compreenda o comportamento de um agente, precisamos atribuir às crenças dele alto grau de racionalidade, coerência e verdade. Certamente, isso tudo precisa ser atribuído também a nós mesmos, de modo que haverá, ainda, a suposição de um alto grau de coincidência entre nossas crenças e as de quem pretendemos compreender. Também é importante considerar que, para Davidson, a camada básica da linguagem de cada um de nós é formada por meio de um processo de triangulação entre o aprendiz da linguagem, seu interlocutor e o mundo. Isso acontece quando um objeto é ostentado e nomeado diante do aprendiz, formando um triângulo. Com isso, falante e interlocutor compartilham de um fundo amplo de crenças comuns.

A razão pela qual nós não podemos entender o que um homem quer dizer sem saber bastante sobre suas crenças é essa. Para interpretar o comportamento verbal, devemos ser capazes de dizer quando um falante sustenta uma frase como verdadeira. Mas as frases são consideradas verdadeiras parcialmente por causa do que se crê e parcialmente por causa do significado que as palavras do falante têm (DAVIDSON, 2001a, p. 338, tradução nossa).

Já para Dennett, há tipos de posturas que podemos adotar ao explicar e prever o comportamento de algo. Podemos tentar explicar algo por meio de uma compreensão de sua constituição física (postura física), olhar para o objeto como se ele tivesse sido projetado para desempenhar uma função (postura de projeto) ou como um sistema intencional, portador de

crenças, desejos e estados mentais em geral (postura intencional). O exemplo mais comum é o de uma pessoa que joga xadrez com um computador. Ela pode tentar compreender os impulsos elétricos que passam pelo sistema, adotando uma postura física. Também pode considerar que o programa foi feito por alguém com o propósito de jogar xadrez, adotando a postura de projeto. Porém, para ela ter alguma chance de ganhar, precisará atribuir ao computador o desejo de ganhar a partida, o conhecimento das regras do jogo e das suas estratégias, considerando o computador inteligente o suficiente para ganhar, por meio da postura intencional<sup>3</sup>.

Assim, vemos que Dennett não considera a intencionalidade como uma característica restrita às mentes humanas<sup>4</sup>. Outro ponto a ser destacado é que para ele, a intencionalidade se caracteriza a partir da interpretação do comportamento de alguma entidade, por um ponto de vista de terceira pessoa. Há alguns seres cujo comportamento não pode ser compreendido a não ser por meio da atribuição de estados mentais. Ou seja, sabemos que algo é um sistema intencional a partir de seu comportamento. Nesse sentido, Miguens (2002, p. 24) compreende a teoria da mente de Dennett como normativa ou transcendental. Em outras palavras, para que algo seja compreendido como mental, precisa ser interpretado como tal.

Os pontos principais para formarmos uma compreensão básica da abordagem interpretivista são (1) que ela é uma abordagem de terceira pessoa; (2) que o ponto de vista do intérprete ocupa o papel central na compressão do mental; (3) que a atribuição de estados mentais às outras pessoas é uma atividade cotidiana sem a qual não poderíamos nos comunicar e (4) que não é possível abrir mão de um vocabulário intencional para que possamos buscar uma compreensão do mental.

Um último ponto deve ser destacado aqui: a tese da indeterminação da interpretação. É sobre esse tema que o atual artigo trabalha. A questão é que, quando tratamos do mental, não é possível encontrar regularidades estritas como encontramos ao lidar com a realidade por meio de uma postura física. Por isso, é sempre possível haver duas interpretações diferentes para um mesmo comportamento. Quer dizer, ao tentarmos interpretar o comportamento de alguém, atribuímos-lhe uma série de atitudes proposicionais. É possível, contudo, que dois intérpretes atribuam a esse agente, mediante o mesmo comportamento dele, conjuntos diferentes de atitudes proposicionais. Se esses conjuntos forem igualmente preditivos e explicativos, não é

---

<sup>3</sup> Sobre esse tema, ver Dennett (1997).

<sup>4</sup> Searle (2002) faz uma distinção entre intencionalidade original e a derivada. A intencionalidade original, para ele, estaria presente apenas nas mentes capazes de atribuir intencionalidade. A intencionalidade de artefatos seria derivada da intencionalidade original de quem atribui intencionalidade a esses artefatos. Dennett não concorda com essa distinção, ele argumenta que não há critérios teoricamente motivados para traçarmos a distinção entre intencionalidade original e derivada.

possível, segundo essa tese, escolher um dentre os dois conjuntos. Ambos, Dennett e Davidson, foram alunos de Quine<sup>5</sup> e herdaram dele a tese da indeterminação, ajustando-a, cada um à sua maneira, à interpretação comportamental.

Dada essa pequena introdução ao tipo de abordagem do mental com a qual este artigo lida, buscaremos compreender e discutir algumas consequências epistemológicas e ontológicas da tese da indeterminação. Para o desenvolvimento dessa discussão, usaremos a tese segundo a qual o interpretivismo compara os estados mentais a sistemas de medição e procuraremos, a partir disso, encontrar um sistema de medição que possa servir como analogia apropriada para uma compreensão do mental em uma perspectiva como a de Dennett e de Davidson.

### **O mental é como um sistema de medição?**

John Heil (1998) compreende o interpretivismo como uma abordagem antirrealista do mental. De acordo com a leitura que ele faz, as mentes, sob a perspectiva interpretivista, seriam espécies de construtos usados por nós para atribuir estados mentais aos outros e a nós mesmos, mas não aspectos ontológicos da realidade. Segundo ele, a compreensão que Davidson e Dennett têm do mental pode ser comparada a um sistema de coordenadas usado para que possamos conhecer um terreno, mas que não faz parte da própria realidade. “Atribuir pensamentos a agentes, nessa concepção, seria como atribuir uma latitude e uma longitude a um lugar na superfície da Terra” (HEIL, 1998, p. 167). Segundo esse autor, numa abordagem interpretivista, as mentes seriam apenas artifícios usados por nós para que possamos compreender o comportamento dos outros agentes, sem nenhum tipo de referência na realidade. Podemos, contudo, nos perguntar se a abordagem interpretivista é de fato antirrealista.

Vejamos, primeiramente, o caso de Dennett. O autor faz questão de diferenciar o interpretivismo, posição que aceita, do interpretacionismo<sup>6</sup>, posição que rejeita. Por um lado, Dennett (1987, p. 14) recusa a ideia considerada por ele como “realismo radical” de que seja possível confirmar a atribuição de crenças encontrando algo dentro da mente do crente. Por outro lado, ele recusa também a ideia de que a interpretação das crenças de alguém exigiria uma análise hermenêutica completamente externa ao crente, sendo essa a posição chamada por ele de “interpretacionismo”, posição segundo a qual as crenças seriam apenas atribuições culturais. De acordo com Dennett, o realismo radical daria aos estados mentais um status parecido com o

---

<sup>5</sup> Ver: Quine (1970)

<sup>6</sup> No original: “interpretivism” e “interpretationism”.

de um vírus, isto é, algo que tem uma existência perfeitamente concreta dentro do sujeito. O interpretacionismo, ao contrário, daria às crenças um status parecido ao de “ter estilo”, ou seja, algo que só pode ser atribuído a alguém sob uma perspectiva cultural e não tem qualquer existência independente disso. Dennett (1987, p. 15) se propõe a defender uma posição intermediária ao realismo e ao interpretacionismo, na qual a crença é distinguida a partir do ponto de vista de quem adota uma estratégia perante outrem com o intuito de explicar e prever seu comportamento:

Minha tese será que, ao mesmo tempo em que a crença é um fenômeno perfeitamente objetivo (o que aparentemente faz de mim um realista), ela só pode ser discernida a partir do ponto de vista de quem adota certa estratégia preditiva, e sua existência pode ser confirmada apenas por uma avaliação do sucesso dessa estratégia (o que aparentemente faz de mim um interpretacionista) (DENNETT, 1987, p.15, tradução nossa).

No caso de Davidson, a situação é parecida. Os estados mentais estão lá, mas assim como são construídos a partir do contato direto com o mundo exterior e com os outros seres portadores de mentes, também poderão se revelar a partir da perspectiva do intérprete. A própria compreensão da noção de objetividade depende tanto da subjetividade quanto da intersubjetividade (DAVIDSON, 1991/2001b). Dentro da argumentação davidsoniana, o pensamento é linguístico e a linguagem se constrói no contato direto com a realidade física e social. O fato de que seus estados mentais se tornam disponíveis para o intérprete não leva Davidson ao antirrealismo.

O interpretivismo consiste em levar a sério as atribuições externas de estados mentais. Atribuindo estados mentais aos outros aprendemos a viver em um ambiente cultural. Fazemos isso desde muito pequenos. Portanto, a atribuição de estados mentais bem sucedida, no mínimo tem muito a dizer acerca do que se passa na mente das outras pessoas, além de ser uma peça sem a qual não poderíamos entender a linguagem nem poderíamos nos fazer compreender pelos outros.

### **Davidson e a analogia com os sistemas de medição**

A indeterminação, como compreendida por Davidson, está presente sempre que “um vocabulário seja rico o suficiente para descrever um fenômeno de mais do que uma maneira. Não importa se você diz que Sam está à esquerda de Susan, ou que Susan está à direita de Sam.” (1998/2005a, p. 316, tradução nossa). Estamos diante, portanto, da compreensão bastante cotidiana de que há diversas maneiras para se dizer alguma coisa. De acordo com ele,

diferentes interpretações são, no fim das contas, apenas diferentes modos de dizer a mesma coisa.

Davidson (1997/2001c, p. 130 e segs.) propõe uma analogia entre as teorias da semântica formal e as da medição fundamental. Ambas devem possuir um ou mais conceitos primitivos. No caso da medição do peso, por exemplo, o conceito primitivo pode ser a relação de *ser ao menos tão pesado quanto*. A teoria mostra que, atribuindo números aos objetos abarcados pela teoria, pode-se representar o seu peso. Além disso, se um conjunto de números pode fazer isso, outro conjunto de números relacionado ao primeiro também pode. No caso do peso, a multiplicação por uma constante pode transformar libras em quilos e vice-versa, sem que seja possível estabelecer qualquer parâmetro definitivo que permita escolher entre um e outro.

Com relação à teoria da semântica, segundo o autor, o conceito primitivo é o de *verdade*. A definição de verdade de Tarski modificada para se aplicar às linguagens naturais forneceria uma estrutura a partir da qual se poderiam descrever as condições de verdade de qualquer frase em uma língua específica, validando um manual de tradução. O manual de tradução de uma linguagem *A* para uma linguagem *B* correlacionaria as frases da linguagem *A* com as da linguagem *B*. Porém, há mais de uma maneira de se traçar essas relações. Diante de dois manuais de tradução diferentes para a mesma linguagem, considerando que há uma série de relações internas entre as frases desses manuais de tradução, não é possível retirar uma frase de um e simplesmente substituir por uma frase do outro, pois isso destruiria a trama daquele manual. O que é indeterminado, portanto, são os sistemas totais de tradução, isto é, os manuais inteiros. Assim como há indeterminação relativamente aos diferentes manuais de tradução, também são indeterminados os sistemas de atribuição de atitudes proposicionais, isto é, sistemas de interpretação do comportamento alheio.

Para Davidson, quando a indeterminação é aplicada às atribuições de atitudes proposicionais, funciona de modo análogo aos *sistemas de medição*. As medições da temperatura ou do peso, por exemplo, podem ser apresentadas de diferentes formas numéricas, mas há algo invariante sendo medido, aquilo que é realmente importante. Da mesma forma, as diferentes interpretações seriam diferentes versões para a mesma coisa, como medir a mesma coisa com os lados diferentes da trena.

A atribuição de atitudes é análoga, em muitos aspectos, à medição de várias magnitudes. Nós podemos atribuir números para captar os tamanhos, pesos e velocidades dos objetos, desde que os objetos exibam um padrão do tipo apropriado. Não supomos que haja entidades empíricas chamadas pesos, ou tamanhos ou velocidades as quais os objetos tenham. Como Carnap assinalou

há muito tempo, nós não deveríamos pensar na frase ‘Esta caixa pesa 8 libras’ como identificando duas entidades denominadas ‘o peso desta caixa’ e ‘8 libras’, mas sim como equacionando o peso da caixa em libras com o número 8. Logo, a ontologia exigida consiste dos objetos que têm pesos, e dos números. Os números não são parte dos objetos com peso; eles não pertencem ao mundo empírico, mas a nós, os que precisamos deles para captar certas relações entre os objetos. Da mesma forma, as entidades às quais nós relacionamos os pensantes quando nós atribuímos crenças e outras atitudes proposicionais a eles não estão nos pensantes – não nas suas mentes nem diante das suas mentes (DAVIDSON, 1997/2001d, p. 74-75, aspas internas do original, tradução nossa).

Em outro texto (1989/2001e), ele fala que quando atribuímos 345 gramas ao diamante de Koh-í-noor, não precisamos incluir gramas em nossa ontologia. Precisamos, sim, do objeto com peso que é o diamante. Gramas são unidades de medida que nos permitem representar as relações presentes nos objetos que têm peso. No mesmo sentido, as atribuições de atitudes proposicionais seriam formas de capturar os estados psicológicos de um sujeito. Não seria preciso, então, incluir em nossa ontologia as crenças específicas atribuídas aos sujeitos como coisas distintas, mas precisamos do vocabulário psicológico para estarmos em relação com outros sujeitos e compreendermos seu comportamento.

Assim, o autor parece compreender a atribuição de estados mentais como uma espécie de artifício usado para interpretar o comportamento dos outros sujeitos. As atitudes proposicionais não são algo dentro da mente do sujeito, nem perante a mente que se possa agarrar por meio da atribuição de estados intencionais. Porém, o interessante é que *isso não leva Davidson ao antirrealismo*.

Os números podem captar pesos de objetos de infinitas maneiras, mas elas são conversíveis umas às outras, há algo de factual no peso dos objetos. Da mesma forma, há inúmeras maneiras de captar os estados mentais de um sujeito, o que de forma alguma vai implicar na ideia de que o sujeito não possua estados mentais. Convém notar, porém, que admitir que o sujeito possui estados mentais não é admitir que esses estados mentais estejam fechados nele.

Uma vez que eu aceito a tese da indeterminação da interpretação, eu ficaria ofendido se descobrisse que ela implica em algum tipo de antirrealismo. Mas não acho que implique, como tentarei explicar. Eu penso que nem o indeterminismo mostra que as atitudes proposicionais sejam menos que plenamente reais (o que quer que isso possa significar) nem que nós devamos modificar o conceito de verdade quando falamos de atitudes proposicionais. Em outras palavras, muitas das nossas crenças e enunciados sobre o que as pessoas creem, pretendem, desejam e esperam são verdadeiras, e o são porque as pessoas têm essas atitudes (DAVIDSON, 1997/2001d, p. 70, tradução nossa).

Quando atribuímos atitudes proposicionais a outros sujeitos, essa atribuição pode ser verdadeira ou falsa. Quer dizer, podemos sempre nos enganar e atribuir a alguém crenças que não têm a ver com o que a pessoa pensa. Aqui, também, vale a analogia com os sistemas de medição. Eles não são entidades, mas a atribuição de um peso específico a um objeto pode ser verdadeira ou falsa.

Ao transportar para seu vocabulário o termo indeterminação da tradução alterando-o para *indeterminação da interpretação*, Davidson (1998/2005a, p. 316) acaba tendo que se defender da acusação de ter abandonado a tese de Quine. Ocorre que a indeterminação da interpretação é uma versão mais branda da indeterminação da tradução, pois Davidson vê algo fixo e estável sobre o qual ocorre a indeterminação. A interpretação, para ele, pode sofrer de indeterminação, mas a essa indeterminação não vaza para a realidade fixa das coisas. Não é possível ser antirrealista sobre as atitudes proposicionais, pois a atribuição de atitudes proposicionais aos outros sujeitos é algo inevitável, não podemos ficar sem. Sem elas não poderíamos compreender nosso lugar no mundo físico nem social. Elas estão aí, só não devemos considerá-las como objetos fechados dentro nem fora dos sujeitos.

Na minha visão, o mental não é mais misterioso que a biologia molecular ou a cosmologia. Nossos conceitos mentais são essenciais para nossa compreensão do mundo como quaisquer outros; não conseguiríamos sem eles. As atitudes proposicionais, como intenções, desejos, crenças, esperanças, medos, são exatamente tão reais como átomos e tacos de beisebol, e os fatos sobre eles são tão reais como os fatos sobre qualquer outra coisa. (DAVIDSON, 1998/2005a, p. 316)

A indeterminação da interpretação, para Davidson, significa que “há mais de uma maneira de descrever o que é invariante” (DAVIDSON, 1998/2005a, p. 319, tradução nossa), ou seja, a realidade do mental não é negada por ele. Porém, isso que é invariante passará sempre pela interpretação, a qual parte do interlocutor, conforme as regras de racionalidade atribuídas por ele ao falante. Em outras palavras, por mais que se peça ao falante para esclarecer o seu discurso, esse esclarecimento sempre precisará passar por uma interpretação feita conforme as normas do ouvinte.

A concepção de indeterminação em Davidson é leve em comparação com Quine e, veremos em seguida, também em comparação com Dennett. Na versão davidsoniana, não há uma forma racional de escolher uma entre duas interpretações para o comportamento de um sujeito se ambas estiverem em harmonia com as evidências observáveis. Porém, essas duas interpretações não podem ser contraditórias, elas são apenas diferentes versões de uma mesma coisa.

## Uma discussão entre Dennett e Davidson

Dennett dedica parte do artigo *Real Patterns* (1991) à apresentação da diferença – que considera sutil – entre sua perspectiva e a de Davidson acerca das atitudes proposicionais. Ambos pensam que as atitudes proposicionais são reais a ponto de sustentarem uma previsão acurada do comportamento alheio, mas o realismo de Davidson é um pouco mais forte. Considerando que ambos foram discípulos de Quine, Dennett vê como a raiz dessa diferença opiniões diversas sobre o status do princípio de indeterminação da tradução, embora o princípio seja aceito pelos dois autores. Conforme Miguens (2002, p. 172) “Para Dennett, Davidson ainda que considere acertadamente que a teoria do mental deve ser uma teoria da interpretação, leva as atitudes proposicionais mais a sério do que deveria, como quineano. Dennett reclama para si, por conseguinte, o título de verdadeiro quineano”.

Segundo Dennett (1991, p. 46), Davidson vê esse princípio de modo quase trivial. Ele encara dois manuais de tradução que sejam diferentes e igualmente funcionais analogamente a duas escalas diferentes para medir algo, por exemplo, a medição da temperatura em graus fahrenheit ou célsius. Foi dito acima que, assim como os números podem capturar todas as relações empiricamente significativas entre pesos e temperaturas de infinitas formas possíveis, Davidson defende que a fala de uma pessoa poderia capturar as características significativas do pensamento de outra pessoa, sem que isso desafie a realidade das atitudes proposicionais.

Dennett, por outro lado, vê o princípio de indeterminação de outra maneira. Segundo ele, o ponto principal da tese da indeterminação é que a interpretação não precisa ter um lastro fixo subjacente. A diferença, portanto, é que, em Davidson, parece haver algo fixo escondido sob as diferentes atribuições de padrões de crenças e desejos, ao passo que Dennett não está comprometido com essa ideia, por isso rejeita a analogia dos sistemas de medição. Para Davidson, a indeterminação consiste apenas em diferentes olhares sobre a mesma realidade. Já para Dennett, *os olhares diferentes descrevem também a realidade de maneiras diferentes*. Mas isso não significa que possamos determinar qual dessas descrições é a correta, uma vez que a realidade se mostra sob recortes e perspectivas diversas. Um aspecto interessante a se notar é que, pela perspectiva de Dennett, mesmo que dois sistemas de atribuição de atitudes proposicionais façam previsões diversas, se ocorrer de apenas um se realizar, isso não definiria qual deles seria o correto.

Eu vejo que poderia haver dois sistemas diferentes de atribuição de crença a um indivíduo que diferissem *substancialmente* no que eles atribuíssem – até mesmo permitindo previsões substancialmente diferentes do comportamento futuro do indivíduo – e ainda não haveria um fato mais profundo que pudesse estabelecer que um fosse uma descrição das crenças

*reais* do indivíduo e o outro não. (DENNETT, 1991 p. 49, grifos do original, tradução nossa).

Dennett (1991) considera sua perspectiva acerca da ontologia das atitudes proposicionais próxima da de Davidson. Porém, Dennett pensa que Davidson passa do ponto no realismo ao comparar as atitudes proposicionais aos sistemas de medição, pois diferentes sistemas de medição, em geral, se sobrepõem a algo fixo que está subjacente. De fato, Davidson adota uma postura mais branda que a de Dennett em relação à indeterminação – o que acaba intensificando seu realismo. Acerca de Dennett, escreve Davidson:

[E]le pensa que dois diferentes sistemas de atribuição de crenças a um indivíduo podem diferir substancialmente, até o ponto de produzir diferentes previsões do comportamento, e mesmo assim nada iria estabelecer que um sistema e não o outro descreveria as crenças reais de uma pessoa (Davidson, 1997/2001f, p. 81, tradução nossa).

De fato, Dennett (1991) faz uma leitura mais radical da indeterminação e mais próxima de Quine. Davidson reconhece isso ao fazer a comparação com os sistemas de medição. “[A] indeterminação da interpretação é a contraparte semântica da indeterminação da tradução de Quine. Em minha abordagem, o grau de indeterminação será, eu penso, menos do que Quine contempla” (DAVIDSON, 1975/1984, tradução nossa). Davidson (1995/2005b) quer mostrar que a indeterminação não implica em relativismo acerca da verdade. Para ele, duas teorias diferentes não podem ser “logicamente incompatíveis e empiricamente equivalentes” (1995/2005b, p. 76, tradução nossa), como quereria Quine (1970). As teorias diferentes seriam *descrições da mesma realidade* em termos diferentes. Elas não seriam contraditórias entre si, mas conteriam ambiguidades semânticas relativamente a termos-chave, o que lhes daria essa aparência de contradição.

### **Força epistemológica das atribuições de estados mentais**

Essa diferença entre Davidson e Dennett acerca da ontologia das atitudes proposicionais não deixa de ser sutil. Os dois autores reconhecem que somos todos fiéis às atribuições de estados mentais, confiamos nelas para as nossas tomadas de decisão quotidianas. Ambos reconhecem também que essas atribuições constituem o aspecto mais relevante na compreensão do mental. Porém, ao contrário de Dennett, Davidson está empenhado em defender a existência de algo fixo circundado pelas interpretações variantes. Por isso ele compara as diferentes atribuições de atitudes proposicionais a diferentes sistemas de medição. Pela relevância que têm as atribuições de atitudes proposicionais em nossas vidas quotidianas, nem Davidson nem

Dennett estão dispostos a abrir mão de um realismo acerca delas. Ao atribuímos estados mentais aos outros, estamos de fato, segundo esses autores, capturando um aspecto da realidade. Então, nesse sentido, eles são realistas acerca das atribuições de estados mentais. Mas não é que os estados mentais sejam uma coisa situada dentro da mente de alguém, seja do intérprete ou da entidade sujeita à atribuição. É que as atribuições de estados mentais descrevem a realidade das relações intersubjetivas de uma forma tal que não podemos abrir mão delas, ou nada no comportamento dos outros faria sentido. A força epistemológica dessas atribuições é o que sustenta esse realismo.

Vale notar que a estratégia de derivar um realismo brando da utilidade não é nova. Ela já havia sido utilizada por Quine (1960/2010), mas para tratar de números e classes. Quine adota uma posição realista fundada sobre a eficácia desses conceitos para as ciências. Conforme Smart (1969, p.5, tradução nossa): “Números e conjuntos são postulados da mesma maneira como neutrinos e elétrons. Em ambos os casos nossos postulados formam parte da base para uma teoria bem testada”.

No mesmo sentido, Putnam (1975) sustenta o argumento do milagre em favor de uma abordagem realista da ciência. Segundo ele, a melhor explicação para o sucesso das teorias científicas na explicação e previsão de uma série de fenômenos é que elas são verdadeiras. Seria um milagre, uma coincidência extremamente improvável que as teorias científicas produzissem o sucesso que produzem.

Observe-se que a estratégia interpretivista de sustentar um realismo das atribuições de estados mentais é a mesma que Quine usou para tratar das classes e números e muito parecida com a estratégia usada por Putnam para tratar das teorias científicas. Porém, os autores interpretivistas não precisam aceitar o realismo das teorias científicas nem das classes e números. Isso porque a atribuição de estados mentais é mais fundamental do que as teorias científicas e do que as classes e números. Ela está na base de todas as nossas interações sociais. Sem ela, não haveria linguagem, números, classes nem teorias científicas.

### **Medições monetárias**

Vimos que Davidson compara a noção de indeterminação a sistemas de medição. Dois sistemas diferentes para medição de coisas iguais podem ser convertidos um ao outro e medem as mesmas características. Há uma proporcionalidade entre eles que costuma ser baseada em aspectos estáveis da realidade. Podemos, por exemplo, converter facilmente as polegadas a

centímetros, isso não fará qualquer diferença em relação ao que está sendo medido. Há indeterminação, pois não existem critérios racionais que nos permitam priorizar um sistema de medição em detrimento do outro, mas há algo fixo subjacente ao que está sendo medido.

Uma observação importante acerca dos sistemas de medição que não podemos deixar de considerar é que eles são construtos humanos. Podemos dizer de um objeto qualquer que ele tem um metro, por exemplo. Nesse caso, ele tem a medida que nós lhe atribuímos, conforme o sistema que adotamos. A extensão real dele é uma espécie de lastro fixo que nos permite passar de um sistema de medição a outro, mas o tamanho que atribuímos a ele depende de nossas construções sociais.

Contudo, cabe aqui lembrar dessa espécie de sistema de medição onde as diferentes unidades são conversíveis umas às outras, mas o que medem é altamente difuso e instável: as moedas. Podemos converter reais em euros, pesos argentinos ou bitcoins. Os valores de conversão, contudo, se alteram constantemente e não há nada fixo subjacente que essas diferentes moedas estejam medindo, mas elas medem algo.

O que determina o valor de cada uma dessas moedas inclui uma diversidade de fatores, como oferta e demanda bens e serviços, relações diplomáticas entre os países, políticas governamentais de emissão de papel moeda, inflação, importação e exportação, confiabilidade dos governos, ação de especuladores e uma série de fatores históricos e contextuais muito difíceis de serem exaustivamente monitorados. Um bem produzido por um país pode ser internacionalmente valioso e, assim, tornar mais cara a moeda daquele país perante outras, mas esse valor pode cair abruptamente, por fatores incontroláveis, levando também a uma queda naquela moeda. Também é possível que fatores geopolíticos permitam a alguns governos definir o comportamento de suas moedas frente às de outros países. As moedas nacionais contemporâneas não possuem lastro em ouro. Seu lastro, entre fatores contextuais e políticos, tem a ver com o valor e a quantidade dos bens e serviços oferecidos por uma sociedade.

Podemos pensar sobre a questão do lastro e da conversibilidade das moedas como uma analogia para a indeterminação da tradução ou da interpretação, levando em conta que a interpretação envolve atribuição de estados mentais. As moedas, embora conversíveis umas às outras, possuem lastro instável que envolve uma série de fatores contextuais extremamente difíceis de serem controlados. Mesmo assim, por mais instáveis que sejam os reais que tenhamos no banco, podemos usá-los para comprar alimentos. É isso que lhes confere realidade, não seu lastro.

Em nossas vidas ordinárias, o dinheiro não precisa ser físico ou virtual, o importante é a possibilidade que ele carrega consigo para conversão em bens e serviços que necessitamos ou queremos consumir. O dinheiro de brinquedo que acompanha o jogo “Banco Imobiliário” não é dinheiro real porque não pode ser usado para irmos à feira comprar ovos nem pode ser investido em ações, nem convertido a nada que tenha esse tipo de utilidade. No mesmo sentido, o que confere realidade aos diferentes manuais de tradução é a capacidade que eles possuem para promover uma interação corrente e fluida.

Quanto às atribuições de estados mentais necessárias ao sucesso da interpretação, elas são reais na medida em que permitem explicar e prever adequadamente o comportamento alheio. Não é preciso haver algo fixo subjacente para que haja realidade frente à indeterminação. É preciso, sim que as versões concorrentes sejam relevantes para aquilo a que se propõem. Nesse quesito, quando se trata da atribuição de estados mentais, estamos diante de uma condição *sine qua non* para cada uma de nossas interações. Diante de duas atribuições de estados mentais divergentes e igualmente relevantes para a continuidade das interações, não é possível dizer de nenhuma delas que falte realidade ou que falte lastro.

Por essas razões, as diferentes moedas trazem uma analogia mais apropriada para pensarmos nas atribuições de estados mentais sob uma perspectiva interpretivista do que outros sistemas de medição de coisas físicas, como polegadas e centímetros. A realidade da moeda, no fim das contas, é dada pelo seu poder de compra, ou seja, pela sua utilidade. Da mesma forma se dá a realidade das atribuições de estados mentais, elas são reais na medida em que permitem as diversas interações das pessoas. Outro ponto de analogia é que o valor da moeda se define contextualmente e envolve uma série de fatores instáveis e contingentes das relações humanas.

É importante, porém, ressaltar um ponto de desanalogia para que se evitem confusões: As moedas são convenções culturais humanas. Já as atribuições de atitudes proposicionais, embora estejam presentes em todas as nossas relações sociais e culturais, não se restringem a isso. Na realidade, antes que se possa formar qualquer relação social ou cultural, as atribuições de intencionalidade precisaram se fazer presentes nas situações de comunicação mais simples e pré-linguísticas. Por isso, não se deve compreender os autores interpretivistas como se atribuíssem um status meramente cultural aos estados mentais<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Dennett usa a analogia com dinheiro em contextos um pouco diferentes. Em 2005, ele usa essa analogia para criticar os filósofos que defendem a noção de *qualia* como propriedades intrínsecas e não relacionais da experiência mental. Já em 2017, afirma: “[...] não apenas as cores são reais como também a consciência, livre arbítrio e dólares” (DENNETT, 2017, p. 223, tradução nossa).

### Considerações finais

Embora a abordagem interpretivista do mental seja frequentemente lida como antirrealista, este texto procurou apresentar argumentos no sentido contrário, mostrando que é uma abordagem que leva a sério os estados mentais, ainda que a partir de um ponto de vista do intérprete. Não é possível nos relacionarmos se não olharmos para as outras pessoas como possuidoras de uma vida mental interna. Faz parte da nossa natureza social atribuímos estados mentais aos outros e nós mesmos e, na medida em que isso serve para mantermos nossas interações, para explicarmos e para prevermos os comportamentos das pessoas, esses estados mentais atribuído realmente existem.

Alguns pontos abrandam esse realismo. Primeiramente, é importante perceber que as atribuições de estados mentais são feitas na forma de um conjunto difuso e volátil. Não atribuímos atitudes proposicionais isoladas às pessoas, mas partimos do princípio de que elas compartilham um grande fundo de crenças conosco e que essas crenças são majoritariamente verdadeiras. Fazemos isso de forma automática, natural. Não adianta tentar dissecar a mente do intérprete nem a mente de seu interlocutor para ver se há uma coincidência entre crenças isoladas. Em outras palavras, o interpretivismo não afirma que uma crença específica atribuída a alguém esteja realmente presente na mente desse alguém. Mas há um conjunto de crenças nesse alguém que é mais ou menos parecido com o conjunto de minhas crenças, tudo isso de forma instável e difusa. Um segundo ponto importante e relacionado ao primeiro é que, para o interpretivista, o mental é constituído a partir das relações sociais. Por isso, a realidade dos estados mentais não é algo fechado dentro de uma mente subjetiva, ela é constituída intersubjetivamente. Não está dentro nem fora, está nas relações. Um terceiro ponto é que o interpretivismo não aceita a possibilidade de redução de um vocabulário mental a um vocabulário físico. Assim, não é possível encontrar no cérebro nem em nenhum lugar físico uma atitude proposicional, um conjunto de crenças compartilhadas. Não vamos encontrar a mente dentro do cérebro.

A comparação com sistema de medições foi usada por John Heil para argumentar que a abordagem interpretivista é antirrealista. Porém, Davidson usa essa mesma comparação para mostrar seu realismo. Dennett, por sua vez, não aceita a comparação com os sistemas de medição, por ter uma perspectiva menos realista que a de Davidson. Contudo, se o sistema de medição adotado como analogia for algo mais difuso e relativo ao contexto, como os sistemas de medição monetária, conseguimos aproximar o realismo de Dennett e o de Davidson sob uma mesma analogia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- DAVIDSON, D. Belief and the Basis of Meaning. In: \_\_\_\_\_. *Inquiries into truth & interpretation*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1984. p. 141-154. [Artigo publicado originalmente em 1975.]
- \_\_\_\_\_. *Interpreting Davidson*. In: KOTATKO, P.; PAGIN, P.; SEGAL, G. *Interpreting Davidson*. California: CSLI Publications, 2001a. p. 285-307.
- \_\_\_\_\_. Three varieties of knowledge. In: \_\_\_\_\_. *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Clarendon Press, 2001b. p. 205-220. [Artigo publicado originalmente em 1991.]
- \_\_\_\_\_. The Emergence of Thought. In: \_\_\_\_\_. *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Clarendon Press, 2001c. p. 123-134. [Artigo publicado originalmente em 1997.]
- \_\_\_\_\_. Indeterminism and Antirealism. In: \_\_\_\_\_. *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Clarendon Press, 2001d. p. 69-84. [Artigo publicado originalmente em 1997.]
- \_\_\_\_\_. What is present to the mind? In: \_\_\_\_\_. *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Clarendon Press, 2001e. p. 53-68. [Artigo publicado originalmente em 1989.]
- \_\_\_\_\_. Indeterminism and Antirealism. In: \_\_\_\_\_. *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Clarendon Press, 2001f. p. 69-84. [Artigo publicado originalmente em 1997.]
- \_\_\_\_\_. Appendix: Replies to Rorty, Stroud, McDowell, and Pereda. In: \_\_\_\_\_. *Truth, Language and History*. Oxford: Clarendon Press; Oxford, 2005a. p. 315-327. [Publicado originalmente em 1998]
- \_\_\_\_\_. Pursuit of the concept of truth. \_\_\_\_\_. *Truth, Language and History*. Oxford: Clarendon Press; Oxford, 2005b. p.63-80. [Publicado originalmente em 1995]
- DENNETT, D. *The Intentional Instance*. Cambridge; Massachusetts: The MIT Press, 1987.
- \_\_\_\_\_. Real Patterns. *The journal of Philosophy*. v. 88, n. 1, p. 27-51, jan. 1991.
- \_\_\_\_\_. *Tipos de Mentes: rumo a uma compreensão da consciência*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. [Tradução de Alexandre Tort; revisão técnica de Marcus Pinto. Publicado originalmente em 1996.]
- \_\_\_\_\_. How much is that in real money? In: *Sweet Dreams*. Massachusetts: The MIT Press, 2005.
- \_\_\_\_\_. *From Bacteria to Bach and Back. The Evolution of Minds*. New York: W. W. Norton & Company, 2017.
- FAGUNDES, J. *A Mente Interpretada: O Realismo Moderado de Davidson e Dennett*. 2018. 243f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2018.
- HEIL, J. *Filosofia da Mente: uma introdução contemporânea*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998. [Tradução de Rui Pacheco.]
- MIGUENS, S. *Uma teoria fiscalista do conteúdo e da consciência: D. Dennett e os debates da filosofia da mente*. Porto: Campo das Letras Editores, 2002.
- QUINE, W. *Palavra e Objeto*. Petrópolis: Editora Vozes, 2010. [Tradução de Desidério Murcho. Publicado originalmente em 1960.]

\_\_\_\_\_. On the Reasons for the Indeterminacy of Translation. *Journal of Philosophy*, v.67, n. 06, p. 178-183, mar. 1970.

SEARLE, J. Intentionality and its place in nature. \_\_\_\_\_. *Consciousness and Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 77-89.

SMART, J. Quine's Philosophy of Science. In: DAVIDSON, D.; HINTIKKA, J. (Eds.). *Words and Objections*. Boston: D. Reil Publishing Company, 1969. p. 3-13.